

Percursos históricos da luta político-ideológica dos surdos brasileiros por direitos sociais, linguísticos e educacionais

The history of the political and ideological struggle of the Brazilian deaf community for social, linguistic and educational rights

Fábio Bezerra de, BRITO (USP)¹

RESUMO

Este artigo reconstrói aspectos da história do movimento social surdo e analisa as configurações discursivas que orientaram suas ações em defesa de direitos sociais, linguísticos e educacionais. Esse movimento é abordado como um sistema de relações sociais que conecta atores diversos que interagem tanto na fase de latência, quando ocorre a produção compartilhada e a vivência antecipada de novos códigos culturais, quanto na fase de visibilidade, quando ocorrem demonstrações públicas, como passeatas e abaixo-assinados. Os resultados, com base na análise de documentos e entrevistas, apontam que a interação entre ativistas surdos e pesquisadores das línguas de sinais e da educação dos surdos influenciou um processo de mudança da ideologia coletiva desse movimento no sentido de uma visão da surdez como particularidade linguística e cultural. A nova ideologia fortaleceu a campanha pelo reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais e vem sendo fundamental nas lutas atuais por escolas bilíngues para surdos.

Palavras-Chave: Movimento Social Surdo, Língua Brasileira de Sinais, Educação de Surdos, Direitos Linguísticos, História dos Surdos

ABSTRACT

This article reconstructs aspects of the history of the deaf social movement and analyses the discursive configurations guiding its actions in defence of social, linguistic and educational rights. This movement is addressed as a social relations system connecting diverse actors, who interact both in the latency phase – when shared production and anticipated experience of new cultural codes occur – and in the visibility phase – when public manifestations, such as demonstrations and petitions, occur. The results, based on the analysis of documents and interviews, indicate that the interaction between deaf activists and researchers on sign language and on the education of deaf students prompted a change of this movement's collective ideology, signalling a view of deafness as a linguistic and cultural peculiarity. The new ideology strengthened the campaign for the official recognition of the Brazilian Sign Language and has been crucial in the current struggles for bilingual schools for the deaf.

Keywords: Deaf Social Movement, Brazilian Sign Language, Deaf Education, Linguistic Rights, Deaf History

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Escola de Aplicação da Faculdade de Educação; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1215-1768>; frbrito@usp.br

1. Introdução

Pretendemos elucidar neste artigo aspectos da história do movimento social surdo brasileiro e demarcar elementos da atuação de seus membros no campo político-social, sobretudo, na campanha que culminou na aprovação da Lei Federal nº 10.436, de 24 abril de 2002 (BRASIL, 2002a), doravante referida como Lei de Libras. Ao mesmo tempo, buscaremos mostrar como essa atuação político-social se deu de forma concomitante e indissociável de uma atuação também no campo cultural, no qual ganharam corpo interações sociais entre ativistas surdos e intelectuais, principalmente linguistas das línguas de sinais e pesquisadores da educação de surdos. Tais interações deram um novo sentido e direção às ações coletivas desse movimento, estando na base da construção e circulação, entre os seus membros, de novos códigos culturais e configurações discursivas sobre a surdez, a língua de sinais e o sujeito surdo.

Utilizamos neste texto a categoria analítica *movimento social surdo*, porque as características morfológicas e interacionais das ações coletivas produzidas pelos ativistas surdos brasileiros, conforme emergiram da análise dos dados pesquisados, são coerentes com os conceitos presentes na teoria dos novos movimentos sociais desenvolvida por Alberto Melucci (1996, 2001). É com base nesse sociólogo italiano que compreendemos os movimentos sociais contemporâneos como sendo sistemas de relações sociais que incluem, na sua composição, diferentes atores sociais – desde organizações formais a redes de relacionamentos informais – visando à produção de ações coletivas em um dado cenário e recorte temporal. Esse sistema complexo não pode ser visto como um ator unificado que age como um personagem por trás dos acontecimentos históricos. Trata-se, pelo contrário, de um sistema de vínculos e conexões que liga atores plurais e que se estrutura, de forma interativa e compartilhada, a partir de dois polos dinâmicos e conectados de ação social, o da *latência* e o da *visibilidade*, ambos se desenvolvendo em influência mútua com as condições político-ideológicas de um determinado contexto histórico (MELUCCI, 1996, 2001).

Na perspectiva melucciana (MELUCCI, 1996), a latência é o polo invisível, submerso, do movimento social, quando os seus integrantes produzem e experimentam diretamente novas identidades, ideologias e códigos culturais, vivenciando-os, muitas vezes, em oposição às pressões sociais e culturais hegemônicas. Nesse sentido, é como se esses sujeitos já antecipassem, numa espécie de laboratório social, as formas alternativas de realidade que desejam poder alcançar um dia. Toda essa complexa e significativa produção cultural confere sentido às suas ações coletivas que, em ambientes e momentos específicos, se manifestam na arena pública, configurando assim o polo de visibilidade, quando ganham as ruas as diferentes demonstrações públicas do movimento social, como as passeatas e os atos de protesto. A visibilidade anuncia ao mundo uma nova realidade já praticada na latência e desempenha uma dupla função: reforça as ligações e os sentidos partilhados entre os membros do movimento e, ao mesmo tempo,

pode atrair a adesão de novos ativistas e novos apoiadores. É por isso que Melucci (1989, p. 62) diz que a visibilidade “fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa”.

A literatura das últimas décadas sobre história e educação dos surdos, independentemente de dialogar com as teorias dos movimentos sociais, vem reconhecendo a relevância das ações coletivas de sujeitos surdos na conquista de direitos como a aprovação da Lei de Libras e a criação ou manutenção de escolas bilíngues para surdos. Felipe (2006, p. 42) aponta que “a mobilização dos Surdos propiciou seu reconhecimento de cidadania pela sociedade e, para os Surdos o marco desse reconhecimento está na aprovação da Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002”. Monteiro (2006, p. 293) relaciona “movimentos dos Surdos e dos intérpretes de LIBRAS [...] e o reconhecimento da LIBRAS”, enquanto Quadros (2006, p. 142) afirma que os movimentos sociais alavancados pelos surdos desencadearam “uma série de iniciativas para disseminar e transformar em lei a língua de sinais brasileira, culminando na lei federal 10.436, 24/04/2002, que a reconhece no país.” Na descrição de Strobel (2008, p. 34), “muitas comunidades surdas brasileiras se reuniram e elaboraram esta lei e com isso foi oficializada a Lei da LIBRAS nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que beneficia ao povo surdo brasileiro”. Já Duarte et al. (2013, p. 1728) sublinha “a luta persistente e sistemática do povo surdo [que] culminou com a oficialização da Libras”.

Sem deixar de reconhecer a relevância da agência dos próprios surdos, outra vertente de trabalhos tem buscado discutir a influência de intelectuais ligados à academia nesse processo social. É o caso de Valiante (2009, p. 65), para quem a “elaboração de leis e decretos é reflexo de estudos científicos e do fortalecimento das comunidades surdas no Brasil e no mundo [e] um exemplo disso é [...] o reconhecimento e a oficialização das línguas de Sinais”. Por sua vez, Machado (2009, p. 136-137) vê a influência mútua entre movimentos surdos e intelectuais ouvintes e surdos como uma força motriz desses avanços legais, enfatizando as contribuições oriundas da “produção na área dos Estudos Surdos na Educação voltada à perspectiva culturalista [e dos] estudos na área de Linguística direcionados à temática da Língua de Sinais e voltados à educação bilíngüe em Linguística Aplicada”. A influência dos intelectuais é, igualmente, objeto privilegiado da análise de Assis Silva (2012, p. 27) que explica a Lei de Libras como o “coroamento de um processo bastante complexo que envolveu diversos saberes e agentes que configuraram a surdez em termos de particularidade étnico-linguística”.

A importância e o alcance desse fenômeno têm sido igualmente corroborados pelos dados de nossas investigações, as quais assinalam o caráter multifacetado e dinâmico das interações entre militantes do movimento social surdo e intelectuais, sejam estes professores, estudiosos e/ou pesquisadores ligados à academia. Pelo que percebemos, numerosos intelectuais se relacionaram de múltiplas maneiras com esse movimento, ora como participantes ativos das redes e das organizações que o compunham, ora como

aliados estratégicos, partilhando conhecimentos e conferindo-lhe legitimidade científica. Essas interações assumiram configurações de via de mão dupla e, diga-se de passagem, foram se tornando ainda mais complexas com o passar do tempo, à medida que mais e mais ativistas surdos passaram a ingressar no meio acadêmico e que parte deles acabou seguindo carreiras como pesquisadores e professores universitários, o que aumentou a circularidade e hibridismo entre movimento social e academia (ASSIS SILVA, 2012).

2. Método

Neste artigo são analisados dados provenientes de investigações diversas, principalmente da nossa pesquisa de doutorado a respeito do movimento social surdo brasileiro (BRITO, 2013) e de estudos e pesquisas que desenvolvemos em parceria com outros pesquisadores, seja sobre o ativismo surdo e a configuração de políticas linguísticas e educacionais no Brasil (BRITO; NEVES; XAVIER, 2013; BRITO; PRIETO, 2018), seja acerca da trajetória do Grupo de Trabalho Linguagem e Surdez (GTLS), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (Anpoll), e a contribuição deste à constituição de um campo de pesquisa em línguas de sinais e educação bilíngue para surdos (BRITO; CÂMARA, 2018).

Essas investigações têm em comum terem sido realizadas com base em pressupostos e procedimentos qualitativos, pois tinham dentre seus objetivos apreender e explicar os fenômenos sociais nos seus “cenários naturais [e] em termos de significado que as pessoas a eles conferem” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17), com o que esperávamos descortinar o “mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2010, p. 22). No mais, essa abordagem qualitativa, além de coerente com os objetivos de nossas pesquisas, coadunava-se também com o referencial teórico que adotamos para fundamentar nosso trabalho dentro dessa temática, já que a teoria de Melucci (1996, 2001) enfatiza exatamente a importância de que os movimentos sociais sejam analisados à luz de dados que possibilitem esclarecer os múltiplos pontos de vista e aspectos subjetivos ligados às interações e às produções culturais partilhadas entre os atores sociais nas condições de latência e de visibilidade.

Tal qual o pesquisador bricoleur característico da abordagem qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006), recorreremos a diversos instrumentos, recursos e materiais para produzir um corpus documental variado, composto, grosso modo, de fontes orais, escritas e iconográficas que foram coletadas durante períodos distintos de trabalho de campo, ocorridos especialmente entre os anos 2011-2013 e 2017-2018 nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Nos períodos apontados, realizamos entrevistas com sujeitos que agrupamos em três redes de informantes configuradas no decorrer das pesquisas: ativistas do movimento social surdo; intelectuais ligados à pesquisa das línguas de sinais e da educação dos surdos; e agentes públicos de instituições e órgãos governamentais envolvidos tanto na formulação e execução de políticas como nos processos legislativos relacionados aos direitos educacionais e linguísticos para surdos. Para a escolha dos sujeitos entrevistados, adotamos uma amostragem em bola de neve, na qual os primeiros entrevistados de cada rede, considerados como informantes-chaves por causa do seu conhecimento e experiência, indicaram outros a serem entrevistados, os quais, por sua vez, indicaram novos participantes e assim sucessivamente até o ponto de saturação qualitativa dos dados (PATTON, 1990).

Fizemos as entrevistas de dois modos distintos: nove entrevistas conduzidas de acordo com os procedimentos metodológicos da história oral desenvolvidos por Meihy (1996); e sete entrevistas semiestruturadas e parcialmente estruturadas feitas por email, carta ou telefone, com base em técnicas descritas por Laville e Dionne (1999). As entrevistas de história oral ocorreram face a face e foram gravadas em áudio com tecnologia digital, sendo que nas entrevistas feitas em Libras houve o registro da tradução simultânea realizada por um tradutor-intérprete desta língua indicado pelo entrevistado. Depois de transcritas, as entrevistas foram convertidas em narrativas escritas e organizadas por critérios cronológicos e temáticos, com o cuidado de, nesse processo de textualização, respeitar a forma e o conteúdo das mensagens de cada um dos entrevistados (MEIHY, 1996).

Além dessas entrevistas, recorreremos também a depoimentos compilados e disponibilizados integralmente em trabalhos sobre o movimento das pessoas com deficiência no Brasil (LANNA JÚNIOR, 2010; SÃO PAULO, 2011). Sem sombra de dúvida, essas fontes orais foram fundamentais, seja porque elas permitiram o acesso a informações não consubstanciadas em documentos escritos, seja porque, como apontado por Portelli (2013), elas nos deram uma perspectiva não só sobre o que os entrevistados fizeram, mas também sobre o que eles queriam fazer à época dos acontecimentos, o que eles então acreditavam que estavam fazendo e o que, atualmente, eles pensam que fizeram.

Por sua vez, as fontes documentais foram reunidas por meio de doações por parte de entrevistados e de outros pesquisadores e a partir de consultas a acervos eletrônicos ou depositados em bibliotecas e arquivos públicos e particulares. Tivemos, desse modo, acesso a publicações e documentos escritos, iconográficos e audiovisuais da Feneis, do Ines, da Anpoll, da Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (DERDIC/PUC-SP), da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) e da Secretaria de Educação Especial (Seesp) do Ministério da Educação (MEC). Também coletamos documentos nos

arquivos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como nos acervos de seus respectivos órgãos de imprensa, em especial do Jornal do Senado.

Tanto as entrevistas quanto as consultas documentais foram embasadas constantemente por pesquisas bibliográficas, na medida em que o trabalho de campo e os achados empíricos ensejaram frequentemente novas buscas bibliográficas sobre variáveis ou acontecimentos não considerados nos levantamentos anteriores. Por seu turno, a análise dos dados provocou igualmente novos momentos de trabalho com a literatura, inclusive do referencial teórico-metodológico. Logo, as pesquisas bibliográficas ocorreram *pari passu* com as outras ações de investigação, contemplando o levantamento de artigos científicos, livros, teses e dissertações. Essas pesquisas foram realizadas principalmente nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), da Journal Storage: The Scholarly Journal Archive (JSTOR), do Google Acadêmico, do Banco de Dados Bibliográficos do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi/USP) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

A análise dos dados foi realizada com base no referencial teórico, com destaque à obra de Melucci (1989, 1996, 2001), considerando as indicações de Patton (1990) e Lavelle e Dionne (1999), e à luz da literatura que aborda a história dos surdos brasileiros e aspectos da participação e da luta política destes em defesa de direitos, especialmente os trabalhos de Souza (1998), Berenz (2003), Ferreira (2003), Monteiro (2006), Crespo (2009), Lanna Júnior (2010), Thoma e Klein (2010), Assis Silva (2012), Campello e Rezende (2014), Assênsio (2015) e Frazão (2017).

3. Resultados

Os dados analisados mostram que a formação do movimento social surdo guarda estreita relação com o movimento social das pessoas com deficiência que se originou na passagem da década de 1970 para a de 1980, no contexto de abertura política e redemocratização do país. Foi nessa época que, de acordo com Sader (1995, p. 27), diversos segmentos da sociedade civil que haviam sido excluídos da arena política pela ditadura militar “foram vistos, então pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores de emergência de novas identidades coletivas”.

Esse fenômeno da reativação de grupos e movimentos da sociedade civil, que combinou ações coletivas de reivindicação de direitos com emergência identitária embasada em histórias de vida semelhantes e aspirações comuns, pode ser observado com relação às pessoas com deficiência, cuja organização política no país contou também com um forte impulso internacional decorrente do fato de

que, em 1976, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciara o ano de 1981 como Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD)².

As iniciativas e recursos derivados do AIPD, como o apoio a publicações e eventos, fomentaram a divulgação de novas ideias, valores e atitudes acerca da deficiência e da pessoa com deficiência influenciados por pressupostos do modelo social da deficiência, no qual a deficiência não é “mais compreendida como o problema de um indivíduo, mas em termos das barreiras sociais que as pessoas com limitações enfrentam para participarem plenamente da sociedade” (GIDDENS, 2012, p. 301). Formou-se assim uma base ideológica e um ambiente social favorável à constituição e/ou fortalecimento de redes e organizações de pessoas com deficiência que passaram a se articular em várias localidades do país com foco político em direitos humanos, visibilidade e inclusão social (NASCIMENTO, 2001; CRESPO, 2009; SÃO PAULO, 2011).

Essa mobilização ganhou escala e se configurou como movimento social na primeira metade da década de 1980, sendo muito importante para que esse processo se consolidasse os encontros nacionais, regionais e locais de grupos e organizações de pessoas com deficiência (LANNA JÚNIOR, 2010).

Nesse sentido, já no primeiro encontro nacional de organizações de pessoas com deficiência, que ocorreu em Brasília no ano de 1980, foi criada a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes com o propósito de estruturar uma organização unificada dos ativistas dos diferentes grupos de deficiência. Desse encontro, participaram 39 entidades, dentre as quais apenas uma de surdos: a Associação dos Surdos de Minas Gerais (ASMG), sendo que a barreira da comunicação é apontada, nas nossas entrevistas, como a principal causa da menor participação de militantes surdos nesse e em outros eventos, na comparação com militantes de outros grupos de deficiência.

Na entrevista que nos concedeu, o ativista surdo João Carlos Carreira Alves recordou que nessa época “não havia a percepção assim clara da necessidade de ter um intérprete, o que acontecia é que alguns surdos ajudavam os outros, eram mais bilíngues do que os outros, então eles atuavam como intérpretes”³. Em que pese essa situação, ao final do encontro foi aprovada uma pauta com sete reivindicações específicas das pessoas deficientes auditivas, sendo três abordando o direito à linguagem mímica:

[...]

2. Direito de conseguir professores especializados na linguagem mímica, quando há problemas de idade adulta, ou existe, também em criança, a falta de capacidades e possibilidades de conseguir estudar através da linguagem oral.

3. Direito de receber as informações através da televisão, tendo pelo menos alguns programas de reportagem apresentados através da linguagem mímica ou escrita.

² Buscamos preservar as categorias originais nas citações diretas e indiretas de documentos históricos. Daí o uso, em determinados trechos deste texto, de expressões como *pessoa deficiente*, *pessoa deficiente auditiva*, *linguagem mímica*, dentre outros termos em desuso e/ou questionados e superados historicamente.

³ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 19 out. 2012.

4. Direito de conseguir intérprete oficial em qualquer julgamento realizado nos tribunais. [...]
(I ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE PESSOAS DEFICIENTES, 1980, p. 4 apud NASCIMENTO, 2001, p. 192).

Essa pauta é a primeira evidência documental de uma luta política protagonizada pelos surdos pelo direito ao uso da língua de sinais, sendo esta designada, à época, pela categoria nativa *linguagem mímica*. É, por um lado, um indício importante de resistência linguística dos surdos, pois nesse momento histórico a língua de sinais sofria com a enorme discriminação e estigmatização social influenciadas pelos padrões culturais dominantes. Logo, sua defesa pública já revela um desafio simbólico a esses padrões, continuamente reiterados nos sistemas educacionais e na maioria dos círculos familiares ouvintes. Essa perspectiva continua presente nos itens 3 e 4, nos quais a linguagem mímica surge como meio de acesso à informação e à justiça. Por outro lado, o item 2 da pauta, ao defender professores especializados na linguagem mímica apenas aos alunos surdos com problemas ou incapazes de estudar por meio da linguagem oral, reproduz aspectos de um dado discurso sobre a educação de surdos que relegava o uso da língua de sinais a casos de fracasso escolar, então atribuídos a problemas de ordem pessoal, como atraso cognitivo, transtornos psicológicos e/ou fatores biológicos (MOURA, 2000; SOARES, 2005).

A participação de militantes surdos foi maior no encontro seguinte, que ocorreu em 1981, na cidade de Recife. Segundo o ativista surdo Antônio Campos de Abreu, apesar da presença de apenas um intérprete oficial, os “surdos foram lá, muitos surdos foram chamados. Isso aumentou, teve muito movimento [...] havia surdos do Paraná, de Brasília, de Recife, do Rio, da Bahia e do Ceará. Foi positivo”⁴. Mas quem eram esses ativistas surdos que começaram a participar desses eventos? Em geral, os dados de nossas investigações comprovam que a primeira geração de ativistas surdos era proveniente das associações locais de surdos, as quais, no período estudado, propiciaram que muitos de seus associados adquirissem experiências e conhecimentos necessários à militância política.

Esses achados concordam com análises mais recentes, como a de Frazão (2017, p. 132) acerca da Associação de Surdos de São Paulo (ASSP), na qual a autora comprova que a influência das “experiências construídas e acumuladas no decorrer dos anos pela ASSP [...] constituiu-se em processos de aprendizagem para que novos atores sociais surdos surgissem”. Nesse sentido, as trajetórias de ativistas surdos que entrevistamos evidenciam filiação e atuação em diferentes funções nessas associações. É o caso, por exemplo, de Ana Regina e Souza Campello, ativista surda que despontaria a partir dos anos 1980

⁴ Entrevista concedida a Paulo de Tarso Linhares e à Monica Bara Maia. Belo Horizonte, 4 jul. 2009, apud Lanna Júnior (2010, p. 173).

como uma das principais lideranças do movimento social surdo, e que assim relata sua experiência na Associação Alvorada Congregadora dos Surdos, na cidade do Rio de Janeiro:

Trabalhei e trabalho por 40 anos na Associação Alvorada, que foi uma “escola” para o meu desenvolvimento de modo politizado. [...] fui secretária, diretora social, tesoureira e diretora de patrimônio, e tudo isso me formou intelectual e administrativamente para entender sobre a administração como um todo. Na Associação Alvorada, recebia todas as cartas dos movimentos das pessoas deficientes e participava em todos eles [...] para reivindicar nossas propostas. Sempre fui presente em todas as ocasiões.⁵

Pelo que percebemos nessa e em outras entrevistas, essas associações, ao viabilizarem o acesso aos materiais e aos eventos ligados ao AIPD, funcionavam como portas de entrada no sistema de relações do movimento social das pessoas com deficiência, no interior do qual se expandiram e se fortaleceram as redes de interações e vínculos pessoais entre os primeiros ativistas surdos. É o que observamos, por exemplo, no relato de João Carlos Carreira Alves acerca de uma das primeiras reuniões de representantes de entidades de deficientes que ocorreu na cidade de Niterói, no ano de 1982:

A Ana Regina era a única surda que representava os surdos do Rio de Janeiro e eu fui o segundo representante. Aquele encontro definiu que cada área de deficiência teria que ter dois representantes, então Ana Regina votou em mim e eu votei nela. Aí então a gente começou a trabalhar em conjunto. Cerca de um ano depois, os escolhidos de cada área de deficiência e mais algumas lideranças se encontraram em São Bernardo do Campo, no encontro nacional de entidades, para dar seguimento à luta.⁶

De acordo com o mesmo entrevistado, à medida que mais e mais surdos participavam de reuniões e eventos, foi se firmando entre eles uma posição comum a respeito da necessidade de conduzir uma luta em separado dos militantes dos outros grupos de deficiência. A principal bandeira a ser erguida nessa luta específica era a do reconhecimento da língua de sinais, uma reivindicação que nessa época ainda não se baseava em argumentos linguísticos ou culturais, mas sim nos mesmos argumentos utilizados pelos demais ativistas com deficiência para reivindicar direitos sociais. O direito à língua de sinais, por exemplo, era anunciado como uma forma de assegurar o direito de participação do surdo, em condição de igualdade de oportunidades, na vida social, política, econômica e cultural do país. Era, portanto, um discurso em tudo alinhado ao lema da AIPD: *participação plena em igualdade de condições*.

Apesar desse evidente alinhamento ideológico, foi mais forte a percepção entre muitos ativistas surdos de que sua luta por reivindicações específicas teria mais foco e ganharia em escala com ações em separado dos diversos grupos de deficiência. Por isso, eles foram um dos vários grupos contrários à proposta de se criar uma federação nacional única para o movimento das pessoas com deficiência quando

⁵ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 26 fev. 2013.

⁶ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 19 out. 2012.

houve um debate sobre esse assunto durante o 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes que ocorreu em 1983 na cidade paulista de São Bernardo do Campo. Essa posição foi majoritária entre os participantes desse encontro que deliberaram então pela organização de federações nacionais por tipo de deficiência (LANNA JÚNIOR, 2010). Esse desfecho implicou a gênese de um movimento surdo autônomo em relação ao movimento social das pessoas com deficiência, na medida em que a partir daí os militantes surdos tiveram que se engajar na mobilização de recursos para fundar sua própria federação nacional, como se vê no relato de Ana Regina e Souza Campello:

[...] a partir de 1983, tomei a decisão de criar uma entidade em nível nacional. Para conseguir tal façanha, tive que promover vários encontros regionais (na cidade do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte) intitulando o movimento de Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas Surdas para recolher as propostas e anseios do povo Surdo. Foi um movimento positivo.⁷

A partir desse momento, os dados revelam a criação de comissões de defesa dos direitos dos surdos em pelo menos três capitais de estados da região Sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Evidenciam ainda que tais comissões tinham o seu alcance ampliado na medida em que seus participantes circulavam por associações e/ou escolas de surdos desses e outros estados, onde trocavam experiências, partilhavam informações e ideias, e, por vezes, construía ações coletivas a partir de pautas locais.

Os contornos de um movimento social começaram assim a ganhar forma, tendo essas comissões e as associações de surdos como espaços de latência, e seus traços foram ficando cada vez mais nítidos com demonstrações públicas como a que ocorreu no ano de 1984, quando a comissão do Rio de Janeiro organizou uma passeata de pessoas surdas nas ruas do centro da capital fluminense para reivindicar a inserção de legendas em programas televisivos. Nas palavras de João Alves, um dos organizadores do ato, foi “a primeira passeata de surdos do Brasil [...] documentada pelo jornal *O Dia* e por alguns outros jornais. Ninguém antes conseguiu levar um número grande de surdos com faixas, com pirulito, com tudo”⁸.

Também foi no Rio de Janeiro que os ativistas surdos entraram em rota de colisão com os dirigentes da Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (Feneida), uma instituição que, apesar de ter filiados surdos, reservava seus principais cargos para os ouvintes. Além do mais, defendia ideias e práticas cada vez mais contestadas por ativistas surdos e por um conjunto de intelectuais, a maioria deles professores universitários, com os quais os surdos começaram a interagir em torno de pesquisas e projetos sobre as línguas de sinais e o seu uso na educação de surdos. Para Souza (1998), a principal reivindicação dos surdos ao criticarem a Feneida era o direito ao ensino em língua de

⁷ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 26 fev. 2013.

⁸ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 19 out. 2012.

sinais, o que, segundo a autora, mostrava a conscientização deles acerca da sua diferença em relação aos ouvintes. Nas suas palavras (SOUZA, 1998, p. 90-91):

De fato, ao lutarem pelos sinais, os surdos, organizados, se diferenciam, pela linguagem que defendem, do grupo majoritário usuário de uma outra linguagem: a oral. A partir dessa tomada de consciência, as divergências com profissionais ouvintes [da Feneida] foram postas às claras.

Também estava em jogo a possibilidade de os ativistas surdos, que até então não haviam reunido os recursos necessários para criar sua própria federação nacional, assumirem o controle da Feneida para que assim esta pudesse vir a desempenhar esse papel. Com esse propósito, surgiu a candidatura de Ana Regina de Souza e Campello à presidência da Feneida, e, apesar do preconceito e oposição da diretoria ouvinte, ela conseguiu eleger-se. A nova diretoria – agora composta majoritariamente por pessoas surdas e em cujas reuniões e atividades a língua de sinais tornara-se pela primeira vez um meio de comunicação e expressão – abriu o caminho para um processo de reestruturação que foi pavimentado nos anos seguintes com a mudança de nome para Feneis e a reforma do estatuto da organização de modo a fazê-lo corresponder à pauta de reivindicações das comissões de defesa dos direitos dos surdos.

Na perspectiva da teoria melucciana, podemos analisar esse processo como uma situação em que o movimento social antecipa em sua práxis as conquistas culturais e políticas que espera um dia atingir com as suas reivindicações dirigidas à sociedade e ao Estado (MELUCCI, 2001). O fato é que os ativistas surdos transformaram a Feneis, no decorrer dos anos, na principal organização do movimento social surdo brasileiro, alçando-a desse modo à posição de “interlocutora legítima para assuntos relativos à surdez no Estado em diversas instâncias, tais como Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social (ASSIS SILVA, 2012, p. 189).

Ainda que a Feneis seja, sem sombra de dúvida, a maior organização do movimento social surdo, a análise dos dados comprova que este não se circunscreveu a ela, pois incluiu uma quantidade indefinida de indivíduos, grupos e associações, filiados ou não a Feneis, tais como o Grêmio de Estudantes do Ines (Gines), o grupo de ativistas Surdos Venceremos e o Comitê Pró-Oficialização da Libras. Foi muito mais a sinergia da interação entre diversos atores sociais agindo em redes do que a ação isolada de um deles que desencadeou as conquistas mais significativas desse movimento, bem como a construção partilhada de uma dada ideologia coletiva e a produção de novos significados e códigos culturais associados a esta.

É importante esclarecer que as redes formais e informais do movimento social surdo abrangiam pessoas surdas e pessoas ouvintes, na medida em que o seu campo de relacionamentos e vínculos se constituiu a partir, sobretudo, da *comunidade surda*, uma das categorias nativas mais afirmadas pelos participantes e lideranças desse movimento (ASSÊNSIO, 2015). Para Karin Strobel (2008, p. 29), um

exemplo de intelectual e militante surda, a comunidade surda compreende tanto pessoas surdas quanto ouvintes “que participam e compartilham os mesmos interesses em comum em uma determinada localização [...]

Geralmente em associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros”. Também é válido dizer que, assim como acontece em qualquer outro movimento social, os atores sociais envolvidos não participaram nem do mesmo modo nem com a mesma intensidade das ações coletivas, seja na latência, seja na visibilidade. A parte nuclear de um movimento é formada pelos ativistas – ou militantes – que destinam grande parte do seu tempo e energia ao sistema de relações responsável por mantê-lo funcionando ao longo do tempo. Esses ativistas, que por vezes assumem posições de liderança, corporificam e representam o movimento nas suas interações com o Estado, os aliados e os meios de comunicação. Já os participantes esporádicos são aqueles que destinam apenas uma parte de seu tempo às atividades conduzidas pelas lideranças, normalmente envolvendo-se nos momentos de visibilidade, como nas passeatas (OBERSCHALL, 1993; MELUCCI, 1996).

A análise dos dados revela que o movimento social surdo ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 foi cada vez mais direcionando suas ações coletivas para o reconhecimento jurídico da Libras pelo Estado brasileiro. Essa bandeira, cujas raízes remontam à defesa da linguagem mímica nos anos 1980, foi historicamente chamada de “oficialização da Libras” pelo movimento e em torno dela se desenvolveu uma verdadeira campanha nacional que culminou na aprovação da Lei de Libras no ano de 2002. Ainda que a essência dessa bandeira tenha se mantido ao longo desse período, o sentido e o conteúdo das práticas e dos discursos produzidos e mobilizados para justificá-la transformaram-se substancialmente.

Entre meados da década de 1980 e os primeiros anos de 1990, a oficialização da Libras justificava-se principalmente com base em dois argumentos centrais: (i) o direito à provisão de intérpretes para viabilizar a comunicação dos surdos com os ouvintes no atendimento prestado pelas diversas instituições públicas e privadas relacionadas à vida social da pessoa surda, garantindo-lhe o pleno exercício da cidadania com o acesso à saúde, ao trabalho, à justiça e à educação; e (ii) o direito ao uso da língua de sinais nas escolas e classes especiais para melhorar a educação oferecida a alunos surdos. Percebemos, desse modo, que a oficialização era, acima de tudo, uma questão de direitos de cidadania, pois o uso da Libras garantiria às pessoas surdas não oralizadas ou àquelas que, por razões várias, preferissem se comunicar nessa língua a participação plena na sociedade em igualdade de oportunidades com as pessoas ouvintes. Portanto, nessa época, a principal ideologia nutrida na fase de latência do movimento social surdo fundamentava-se essencialmente nas produções culturais e na configuração discursiva que remontava ao contexto sócio-histórico do movimento social das pessoas com deficiência.

Foram esses os sentidos dominantes na primeira grande demonstração pública que deu visibilidade ao movimento social surdo e à bandeira da oficialização da Libras: a histórica passeata do dia 25 de setembro de 1994, na cidade do Rio de Janeiro. Essa manifestação, que reuniu aproximadamente duas mil pessoas na orla da Praia de Copacabana, foi promovida pelo grupo Surdos Venceremos, formado por atores, cenógrafos e figurinistas surdos da Companhia Surda de Teatro, que agiram sob a inspiração e a liderança do ativista surdo Nelson Pimenta de Castro. Na entrevista que nos concedeu, ele assim recordou dessa passeata e refletiu sobre o seu significado:

Há duas vertentes do movimento surdo. A primeira é a da luta pelos direitos dos surdos. A outra vertente é a do Orgulho Surdo. São sentidos diferentes. A passeata em Copacabana é a vertente da batalha dos direitos. Nós queríamos a lei de LIBRAS. Teve alguns surdos que vieram para o Rio e nós mobilizamos todos eles para que a gente junto batalhasse. Por isso, eu expliquei as duas vertentes. Uma que nós fazemos agora, que é a do Orgulho Surdo, e outra é a da batalha da lei de LIBRAS, que nós queríamos anteriormente. Nosso movimento antes era esse. Por isso, Surdos Venceremos.⁹

Pelo relato acima, descobrimos que estratégias de mobilização adotadas por Castro e pelos demais ativistas do seu grupo sustentavam-se justamente nas redes de relacionamentos interpessoais que, de acordo com Melucci (1996, 2001), compõem o dinâmico sistema de relações que constituem os movimentos sociais:

Eu comecei a juntar algumas pessoas, encontrava com elas, a gente falava sobre a luta do surdo, mas as pessoas ainda não falavam sobre uma lei de língua de sinais. As pessoas ainda não estavam preocupadas com relação a essa luta de reconhecimento da Lei de Libras. Mas nós queríamos a Lei de Libras e nós unimos os atores da Companhia Surda de Teatro, algumas pessoas dos Estados Unidos que eu fiz contato e algumas pessoas aqui do Rio de Janeiro, e nós conseguimos reunir mais ou menos mil pessoas em uma caminhada que fizemos em Copacabana. [...] Os familiares de surdos vieram dar apoio. E tinham opiniões para nos dar em relação à preocupação com o futuro dos filhos, queriam saber no que eles poderiam ajudar. Por isso, foi enorme essa passeata. [...] Foi um marco para nós e nós ficamos muito felizes com a participação e o apoio desses familiares. Foi muito legal. Eu me sinto muito emocionado, de forma inexplicável, é uma emoção muito forte saber que durante muitas horas, por muitas semanas, a gente se empenhou em relação a isso, porque, anteriormente, a mobilização era cansativa.¹⁰

Evidencia-se ainda nesse trecho do depoimento a preocupação de lideranças surdas com a conscientização dos participantes do ato, o que revela um dos aspectos da dimensão educativa presente nos movimentos sociais, uma vez que, como explica Melucci (2001), as mensagens deles não são endereçadas apenas à sociedade e ao Estado, mas aos próprios atores em nome dos quais eles reivindicam direitos. É por isso que, normalmente, um movimento social apenas ganha as ruas da maneira como

⁹ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 30 jan. 2013. Intérprete de Libras: Emanoela Bezerra de Araújo.

¹⁰ Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 30 jan. 2013. Intérprete de Libras: Emanoela Bezerra de Araújo.

aconteceu nessa passeata quando o sistema de relações que o compõe atingiu um grau de construção de significados e de articulação entre os seus integrantes que possibilitou a mobilização dos recursos necessários à visibilidade dos modelos culturais alternativos engendrados e compartilhados na latência (MELUCCI, 1996).

Mas o que exatamente os ativistas surdos e seus apoiadores fizeram visível? Para Berenz (2003), os manifestantes não pediam compaixão ou bondade social, mas, sim, o reconhecimento de suas diferenças na elaboração das políticas públicas e na oficialização da Libras. Faziam isso exibindo à sociedade ouvinte majoritária pessoas surdas confiantes, orgulhosas de sua identidade surda, solidárias umas às outras, comunicando-se e expressando-se em Libras, com desenvoltura, felicidade, satisfação consigo mesmas e com aquilo que elas estavam fazendo (BERENZ, 2003).

Com o sucesso dessa demonstração pública, a campanha pela oficialização da Libras ganhou ainda mais força no interior do movimento. Em junho de 1995, foi criado na cidade do Rio de Janeiro o Comitê Pró-Oficialização da Libras, que agregava ativistas e apoiadores dessa causa e era presidido pelo militante surdo Silas Queiroz. Em uma matéria sobre esse comitê, o *Jornal da Feneis* (FENEIS, 1995, p. 4) noticia que, para seus integrantes, “o não reconhecimento da língua de sinais retrata a omissão a um direito constitucional, o acesso à informação e educação, impedindo que a comunidade surda tenha sua cidadania respeitada e participe ativamente da sociedade em que vive”. Essa linha de argumentação que justifica o pleito pela oficialização da Libras com base em direitos de cidadania prevalece nos documentos escritos e iconográficos produzidos pelo movimento social surdo até meados da década de 1990. Entretanto, mais notadamente a partir de 1993, outra vertente discursiva que justifica a oficialização com base principalmente em argumentos linguísticos, socioantropológicos e pedagógicos passa a ganhar força, configurando a emergência de uma nova ideologia coletiva que aos poucos se afirmou na latência do movimento, sendo que percebemos essa guinada discursiva primeiro nos documentos e materiais produzidos pelo movimento acerca da educação do surdo.

Nos primeiros anos da campanha pela oficialização da Libras, constatamos que a principal preocupação educacional expressa nos documentos a que tivemos acesso era garantir, antes de qualquer coisa, a possibilidade de utilização da língua de sinais por alunos surdos dentro de escolas e classes especiais, de modo autorizado, protegido por força da lei. Nesse debate educacional, o antagonismo dos ativistas surdos dirigia-se, acima de tudo, às práticas mais radicais de oralismo que implicavam a tentativa de proibir a língua de sinais no interior das instituições escolares. E, com base na análise dos dados, podemos dizer que, no lugar do oralismo, o que era defendido nessa época era muito mais a filosofia da comunicação total do que o bilinguismo para surdos. Esses dados, no que concerne à principal organização do movimento, corroboram assim a afirmação de Assis Silva (2012, p. 195) de que “apesar de atualmente

ser uma grande defensora da libras e do bilinguismo, quando fundada, a Feneis estava no registro da comunicação total”. Foi sob esta perspectiva, por exemplo, que um dos primeiros documentos produzidos pela Feneis (1987, p. 2) pontifica:

A nossa linguagem, quase todos têm dificuldades de entender, criando assim uma “filosofia oral”, o que não é muito viável para um surdo; a nossa filosofia é a Comunicação Total (que insere leitura labial, leitura escrita, alfabeto manual, fala e todas as formas de comunicação), que é mais íntegro para todas as pessoas surdas e ouvintes, fazendo crescer a compreensão que é fundamental para a nossa linguagem.

Essa tendência em prol da comunicação total foi sendo superada com o passar dos anos. Souza (1998, p. 108) constatou que, entre os anos de 1992 e 1993, a Feneis já vinha “dirigindo todos os seus esforços em prol, principalmente, do reconhecimento da Libras” e, de acordo com essa autora, uma das razões pelas quais as lideranças surdas consideravam fundamental a aprovação de uma lei federal com essa finalidade era garantir a efetivação de propostas de bilinguismo para os surdos. Todavia, nossas investigações nos permitiram matizar um pouco mais essa mudança da comunicação total ao bilinguismo dentro da ideologia do movimento social surdo. Percebemos pela análise da documentação escrita e das entrevistas que, pelo menos até meados dos anos 1990, muitos grupos e organizações de surdos, incluindo a Feneis, participavam e apoiavam eventos e atividades tanto no campo do bilinguismo quanto no da comunicação total. Essa coexistência aos poucos foi deixando de existir, na medida em que a defesa da educação bilíngue como único método adequado à escolarização da criança e do adolescente surdo passou a ser uma das peças centrais da nova ideologia que se afirmava paulatinamente no movimento surdo.

A formulação dessa nova configuração discursiva se deu especialmente na fase de latência desse movimento, na medida em que, como indicam nossas entrevistas e os documentos consultados, certos intelectuais passaram cada vez mais a interagir com os ativistas surdos em diferentes contextos, desde a participação destes como sujeitos de pesquisas acadêmicas à atuação deles como instrutores em projetos pioneiros de bilinguismo para surdos. Os dados analisados corroboram, assim, as indicações da literatura de que os linguistas foram o grupo mais influente de intelectuais envolvidos nesse processo (SOUZA, 1998; FERREIRA, 2003; ASSIS SILVA, 2012).

Não por acaso, ao longo dos anos 1990, a linha de argumentação do movimento social surdo para justificar essa oficialização foi cada vez mais se sustentando no trabalho de linguistas que demonstravam a natureza linguística da língua de sinais por meio da publicação de artigos, livros e materiais didáticos, bem como da organização de grupos de pesquisa, cursos e congressos. Para Souza (1998, p. 103), o linguista exerceu nesse contexto “[o] papel também político [de] endossar, como especialista, a ‘legitimidade linguística’ da Libras”.

Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro – onde se encontravam, por exemplo, o Comitê Pró-Oficialização da Libras, a sede da Feneis e o Ines – ganhou ainda mais centralidade no sistema de relações do movimento social surdo, por causa da efervescência nos processos interacionistas envolvendo intelectuais e ativistas surdos em torno principalmente das atividades acadêmicas de Lucinda Ferreira Brito, Eulalia Fernandes e Tanya Amara Felipe de Souza. Essa tríade de linguistas teve grande influência na produção e circulação de novas ideias e códigos culturais na latência desse movimento, bem como contribuiu de diferentes maneiras para o desenvolvimento da campanha pela oficialização da Libras.

Lucinda Ferreira Brito – atualmente, Lucinda Ferreira –, é reconhecida, tanto pelos sujeitos que entrevistamos quanto na literatura, pelo pioneirismo de suas pesquisas em linguística das línguas de sinais no Brasil, as quais, segundo Assis Silva (2012, p. 28), “foram capitais para o processo de reconhecimento da *libras* como língua legítima”. Antes de se estabelecer em 1987 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde reuniu e orientou, no Laboratório Linguagem e Surdez, pesquisadores ouvintes e surdos, Ferreira já idealizara e coordenara, na cidade de São Paulo, a Comissão Paulista para a Defesa dos Direitos dos Surdos (Copadis), que promovia discussões de direitos linguístico-culturais e educacionais com a participação ativa de surdos.

Nossas investigações indicam o Programa de Ação da Copadis como o mais antigo documento de caráter explicitamente político referindo-se aos surdos como minoria linguística usuária de “uma língua de modalidade gestual-visual [e] verdadeira língua natural” (COPADIS, 1986, p. 1-5). Foi também de Lucinda Ferreira a iniciativa de criar em 1988 o GT Linguagem e Surdez na Anpoll, o qual, ao longo dos decênios seguintes, consolidou-se como um dos “mais importantes e dinâmicos fóruns de debate, troca e circulação de conhecimentos sobre a surdez, a língua de sinais, a educação de surdos e os Estudos Surdos no nosso país” (BRITO; CÂMARA, 2018).

Eulalia Fernandes é outra linguista frequentemente citada pelos nossos entrevistados por conta de sua associação ao movimento social surdo. Na entrevista que nos concedeu, descobrimos que, em fins dos anos 1970, ela começou a interagir com sujeitos surdos no contexto de uma pesquisa acadêmica que engendrou uma rede de relações sociais baseada na realização de atividades de pesquisa e ensino por ela desenvolvidas quando era professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Em 1993, a pedido da Feneis, Fernandes (1994) elaborou um parecer atestando o caráter linguístico da língua de sinais que foi utilizado pelos ativistas surdos para dar mais legitimidade a suas reivindicações nas reuniões e audiências que tiveram com vários parlamentares. Por fim, esse parecer serviu de base e consta, na íntegra, da justificativa do Projeto de Lei nº 131, de 13 de junho de 1996 (BRASIL, 2002b), doravante PLS 131/96, que deu origem à Lei de Libras.

Por sua vez, Tanya Amara Felipe de Souza desempenhou um papel fundamental nesse processo de interação entre intelectuais e ativistas surdos. Ela atuou como pesquisadora e consultora da Feneis do Rio de Janeiro, onde criou em 1992 um grupo de pesquisa que coordenou por muitos anos e desenvolveu pesquisas, projetos e publicações de grande alcance sobre o ensino de Libras e a educação de surdos. Em 1993, Felipe escreveu o documento *As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos* (FELIPE, 1993), a primeira publicação oficial da Feneis na qual percebemos o uso de argumentos da linguística e de uma concepção socioantropológica da surdez para justificar a oficialização da Libras e o bilinguismo para surdos, descrito como uma proposta educacional que “intenta dar condições à criança surda de poder utilizar bem duas línguas de modalidades diferentes” (FELIPE, 1993, p. 29). Neste aspecto, esse documento captura uma inflexão ideológica do movimento social surdo em direção ao bilinguismo para surdos, sendo que, atualmente, como bem esclarece Assis Silva (2012, p. 195), “o discurso da Feneis está em grande parte conformado por um discurso pró-educação bilíngue”.

Ainda que nossas investigações sobre a interação academia-movimento social tenham se concentrado no Sudeste, sobretudo no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, existem trabalhos demonstrando sua ocorrência em outras localidades brasileiras a partir da segunda metade da década de 1990. É o caso, por exemplo, dos estudos de Albres (2005) sobre o Mato Grosso do Sul, de Ferraz (2009) acerca de Pernambuco, e de Rangel (2004), Quadros (2006), Schmitt (2008) e Thoma e Klein (2010) com foco na região Sul no país. Thoma e Klein (2010, p. 110) constatam nesse sentido que os “surdos gaúchos, em parceria com pesquisadores da área da Educação de Surdos, mobilizaram-se e engajaram-se nas lutas que [...] privilegiavam a necessidade de reconhecimento da língua de sinais como primeira língua dos surdos”. Essa mobilização deveu-se em grande parte à instalação, em 1996, de um escritório regional da Feneis na cidade de Porto Alegre, onde, ao mesmo tempo, foi criado, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (Nuppes), que tinha por objetivo “potencializar pesquisas no campo da Educação de Surdos, tendo como característica predominante a articulação entre pesquisadores/universidade e os movimentos surdos” (THOMA; KLEIN, 2010, p.111).

O Nuppes, posteriormente reestruturado como Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (Gipes), funcionou como polo irradiador da perspectiva teórica dos Estudos Surdos que, nas palavras de seu idealizador, consiste em “um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político” (SKLIAR, 2005, p. 5).

Um dos cenários privilegiados para observar o dinamismo desse processo interacionista entre intelectuais e ativistas surdos foram os eventos científicos. No período estudado, diversos congressos e seminários, sobretudo no campo do bilinguismo para surdos e dos direitos dos surdos, funcionaram como

verdadeiros polos de latência e/ou visibilidade do movimento social surdo. Nas fontes escritas e orais analisadas, teve grande destaque, por exemplo, o V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, cujos participantes, no último dia do evento – 24 de abril de 1999 – “tomaram as ruas centrais da cidade de Porto Alegre/RS para uma passeata, que deu visibilidade ao movimento surdo” (THOMA; KLEIN, 2010, p. 112). Essa demonstração pública culminou na entrega às autoridades estaduais do documento *A educação que nós surdos queremos* (FENEIS, 1999), que havia sido elaborado no âmbito de um pré-congresso exclusivo para “aproximadamente 300 surdos, de diferentes regiões do Brasil, da América Latina, da América do Norte e da Europa” (THOMA; KLEIN, 2010, p. 111). Tanto pelo seu conteúdo de defesa explícita da oficialização da Libras e do bilinguismo para surdos quanto pelo modo ele como foi elaborado e divulgado, esse documento evidencia um movimento social mais estruturado, com uma identidade coletiva e uma ideologia mais consolidados com base no discurso da surdez como particularidade linguística e cultural.

Esse discurso, cada vez mais nutrido na latência do movimento, passou a embasar suas ações na visibilidade. Assim, um novo sentido foi dado à campanha pela oficialização da Libras, agora justificada principalmente com base no estatuto linguístico da Libras e no fato desta língua ser o elemento constitutivo e produtor de uma cultura surda e de uma identidade surda. Em outras palavras, após essa guinada discursiva, a bandeira da oficialização da Libras não era mais carregada somente em nome da cidadania, por igualdade de oportunidade; mas, também e, sobretudo, por identidade, por direitos linguísticos e culturais. A guinada discursiva ampliou o número de apoiadores na comunidade surda, nos meios acadêmicos, nas instâncias governamentais e junto aos profissionais da educação de surdos. É nesse contexto que os ativistas do movimento obtiveram o apoio da senadora Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (PT-RJ), que apresentou o PLS nº 131/96 que tramitou por quase seis anos nas duas Casas legislativas do Congresso Nacional.

Nesse período, o movimento recorreu a várias estratégias para obter o apoio dos parlamentares, como visitas a gabinetes, entrega de abaixo-assinados e manifestações em frente ao Congresso. Ademais, como forma de pressão, orientou e estimulou as associações locais e regionais de surdos a mobilizarem recursos em busca da aprovação de leis municipais e estaduais de reconhecimento da Libras. Finalmente, no dia 3 de abril de 2002, o PLS nº 131/96 foi aprovado pelo Senado e seguiu à sanção presidencial, que ocorreu no dia 24 de abril daquele mesmo ano sob a forma da Lei de Libras, a qual foi regulamentada em 2005 pelo Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005). Esse decreto também teve sua aprovação impulsionada por diversas ações coletivas do movimento social surdo, porque, entre outras reivindicações históricas, normatizou o direito dos educandos surdos à educação bilíngue, entendida como aquela “em que a Libras

e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005, Art. 22).

Considerações finais

É certo que os resultados das nossas pesquisas comprovam o êxito da campanha do movimento social surdo para a oficialização da Libras. Mas como avaliar o significado histórico desse processo e de seus desdobramentos nos vários campos da vida das pessoas surdas usuárias da Libras, em especial no seu direito à educação bilíngue? Em que medida esse processo se relaciona com o empoderamento dos ativistas surdos em seus diferentes espaços de atuação? Como esse processo dialoga com as lutas atuais do movimento social surdo?

Faz quase duas décadas que militantes desse movimento comemoraram a aprovação do PLS nº 131/96 num cenário onde “as bonitas faixas colocadas na Esplanada dos Ministérios [...] chamavam a atenção de todos os que por ali passavam, para as questões referentes ao Surdo” (FENEIS, 2002, p. 4). Testemunhas do acontecimento, os ativistas Silvana Patrícia de Vasconcelos e César Nunes Nogueira, da Feneis do Distrito Federal, descreveram-no como “um dia de Festa, que marcará a história dos Surdos brasileiros. Conseguimos!!!” (FENEIS, 2002, p. 4). De fato, olhando do presente, podemos concordar que a Lei de Libras marcou a história da comunidade surda brasileira, tanto pela conquista em si, como também pelo modo como esta foi realizada e pelos seus desdobramentos em termos de políticas públicas e iniciativas privadas.

É evidente – e os dados analisados são eloquentes a esse respeito – que a ideia de uma lei federal para reconhecer oficialmente a Libras foi uma invenção do movimento social surdo. Essa ideia se configurou originalmente na fase de latência do movimento, na passagem da década de 1980 para a de 1990. A seguir, se consubstanciou como a reivindicação que norteou as mais expressivas ações coletivas produzidas na fase de visibilidade do movimento, entre os anos de 1990 e 2002. As já citadas passeatas de 1994 e 1999 são evidências disso, bem como a formulação e a entrega de documentos e abaixo-assinados a autoridades públicas. Frutos desse processo, a Lei de Libras e seu correspondente decreto se estabeleceram como um porto seguro de onde partiram e para onde podiam apontar, nos momentos de embate, os esforços futuros do movimento social surdo, posto que suas reivindicações a partir de então poderiam recorrer, no âmbito jurídico e político, a essas normatizações.

O processo sócio-histórico que resultou nessa conquista da garantia legal de direitos linguísticos e educacionais não deve ser dissociado de suas dimensões culturais e ideológicas. Nesse sentido, os dados analisados convergem com a literatura ao evidenciarem que um aspecto constitutivo desse processo foi a

transformação cultural nas representações e nas configurações discursivas dominantes sobre a surdez, a pessoa surda e a educação de surdos (ASSIS SILVA, 2012; BRITO, 2013; ASSÊNCIO, 2015).

Como sabemos, desde fins do século XIX, foram constantes e intensas as tentativas de proibições, interdições e restrições à língua de sinais – às quais, aliás, os surdos, de modo admirável, sempre souberam opor as mais variadas formas de resistência (MOURA, 2000; PERLIN, 2005; FRAZÃO, 2017). No Brasil, a maior onda de produções culturais, ações e políticas governamentais em prol do oralismo se formou a partir dos anos 1950 e ganhou escala nacional em 1957 com a *Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro*, que estabeleceu a oralização como meta oficial para a educação do surdo (SOARES, 2005). Tamanho foi o otimismo oralista que, em 1961, chegou a ser composto inclusive um *Hino ao Surdo Brasileiro*, cujos versos diziam: “Aos surdos todos levemos/As luzes da Educação/Não mais o ensino antiquado/Nos simples dedos da mão/Com um processo avançado/Salvemos nossos irmãos!” (ROCHA, 2007, p. 96). É nessa época, por exemplo, que a nova revista do Ines recebeu o nome de *Fala* e que cartazes onde se lia *Qualquer mudo falará* passaram a estampar os corredores desse instituto, cuja diretora então proclamava: “As crianças surdas serão muito mais felizes e alcançarão o nível das demais crianças, que no seio da sociedade vivem, quando nós lhes ensinarmos a falar e a compreender o que os outros dizem” (SOARES, 2005, p. 77).

Foi com o legado mais ou menos aparente dessas práticas, representações e discursos de desqualificação das línguas de sinais e de negação da alteridade da pessoa surda que a primeira geração de ativistas surdos teve que lidar quando iniciou sua militância política nos anos 1980-1990. Era uma época em que os imperativos sistêmicos derivados do *ouvintismo* (SKLIAR, 2005) ainda eram muito influentes e arraigados nas redes de pais, familiares, professores e profissionais ligados à educação e ao atendimento psicológico e/ou fonoaudiológico. Disso resulta que, desde sua gênese nos anos 1980, o movimento social surdo teve que superar muitas barreiras e preconceitos de toda ordem para poder desenvolver um percurso que se consolidou e se expandiu nos anos 1990-2000, quando passou por transformações e reinvenções de suas práticas culturais e ideológicas.

Tais mudanças, como explicamos, ocorreram gradualmente a partir de meados da primeira metade da década de 1990, por causa, sobretudo, da complexa interação entre integrantes desse movimento e intelectuais cujas pesquisas e estudos demonstravam o caráter linguístico das línguas de sinais, apontavam para uma concepção da surdez e da pessoa surda que extrapolava a condição audiológica e, por diferentes abordagens, buscavam defender e comprovar que o bilinguismo para surdos, mais do que qualquer outra proposta ou método educacional, respeitava a condição linguística e cultural dos educandos surdos, bem como propiciava processos de ensino-aprendizagem mais efetivos e de melhor qualidade. Essa nova configuração discursiva que afirma os surdos como minoria linguística e cultural continua se consolidando

como a ideologia coletiva hegemônica do movimento social surdo nos tempos atuais, orientando, por exemplo, as ações coletivas que ganharam corpo na década de 2010 em defesa da escola bilíngue para surdos diante de propostas de implementação de políticas inclusivistas (CAMPELLO; REZENDE, 2014; FRAZÃO, 2017).

Referências

- I ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE PESSOAS DEFICIENTES. 1980. Brasília: [s.e.].
- ALBRES, N.A. 2005. História da língua brasileira de sinais em Campo Grande – MS. Petrópolis: Arara Azul.
- ASSÊNSIO, C.B. 2015. Comunidade surda: notas etnográficas sobre categorias, lideranças e tensões. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ASSIS SILVA, C.A. 2012. Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome.
- BERENZ, N. 2003. Surdos venceremos: the rise of the Brazilian deaf community. In: L. MONAGHAN et al. (Org.). 2003, Many ways to be deaf: international variations in deaf communities. Washington, D.C.: Gallaudet University, pp. 172-193.
- BRASIL. 2002a. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível online em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 22 mar. 2019.
- BRASIL. 2002b. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Arquivo. Processado do projeto de lei nº 131, de 1996. Brasília.
- BRASIL. 2005. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível online em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 23 mar. 2019.
- BRITO, F.B. 2013. O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- _____; NEVES, S.L.G.; XAVIER, A.N. 2013. O movimento surdo e sua luta pelo reconhecimento da LIBRAS e pela construção de uma política linguística no Brasil. In: N.A. ALBRES e S.L.G. NEVES (Org.), 2013, LIBRAS em estudo: política linguística. São Paulo: Editora FENEIS, pp. 67-103.
- _____; CÂMARA, L.C. 2018. O GT Linguagem e Surdez da Anpoll: compondo um novo campo de pesquisas no Brasil. Anais 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos. Disponível online em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/o-gt-linguagem-e-surdez-da-anpoll--compondo-um-novo-campo-de-pesquisas-no-brasil>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- _____; PRIETO, R.G. 2018. “We did it ourselves”: The Deaf Social Movement and the Quest for the Legal Recognition of the Libras Sign Language in Brazil. *Disability Studies Quarterly*, 38.4. [online]. doi: 10.18061/dsq.v38i4.6241.
- CAMPELLO, A.R.; REZENDE, P.L.F. 2014. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista*, 2: 71-92. Curitiba.
- COPADIS – Comissão Paulista para a Defesa dos Direitos dos Surdos. 1986. Programa de ação da Comissão Paulista para a Defesa dos Direitos dos Surdos. São Paulo: [s.e.].
- CRESPO, A.M.M. 2009. Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S (Org.). 2006. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed.
- DUARTE, S.B.R. et al. 2013. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 20.4: 1713-1734. Rio de Janeiro.
- FELIPE, T.A. 1993. As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos. Rio de Janeiro: Feneis.
- _____. 2006. Políticas públicas para inserção da Libras na educação de surdos. *Espaço: informativo técnico-científico do INES*, 25.26: 33-47. Rio de Janeiro.
- FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. 1987. Relatório anual 1987. Rio de Janeiro.
- _____. 1995. Campanha nacional quer oficialização da Libras. *Jornal da Feneis*, 6: 4. Rio de Janeiro.
- _____. 1999. A educação que nós surdos queremos. Porto Alegre, UFRGS.
- _____. 2002. Regulamentação da Libras. *Revista da Feneis*, 14: 4-5. Rio de Janeiro.
- FERNANDES, E. 1994. Parecer Solicitado pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo sobre a Língua de Sinais Usada nos Centros Urbanos do Brasil. *Revista Integração*, 5.13: 18-21. Brasília.
- FERRAZ, R.A. 2009. O mundo surdo: passeata dos surdos, luta e comemoração. Monografia de Especialização em Educação Especial: Estudos Surdos, Faculdade Santa Helena.
- FERREIRA, L. 2003. Legislação e a língua brasileira de sinais. São Paulo: Ferreira e Bergoncci Consultoria e Publicações.
- FRAZÃO, N.F. 2017. Associação de surdos de São Paulo: identidade coletiva e lutas sociais na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- GIDDENS, A. 2012. *Sociologia*. 6. ed. Porto Alegre: Penso.
- LANNA JÚNIOR, M.C.M. (Comp.). 2010. História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. 1999. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MACHADO, P.C. 2009. Diferença cultural e educação bilíngüe: as narrativas de professores surdos sobre questões curriculares. Tese de Doutorado, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MEIHY, J.C. 1996. Manual de história oral. 5a. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- MELUCCI, A. 1989. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, 71.89: 49-66.
- _____. 1996. *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2001. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- MINAYO, M.C.S. 2010. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec.
- MONTEIRO, M.S. 2006. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. *Educação Temática Digital*, 7.2: 279-289, 2006. Campinas.
- MOURA, M.C. 2000. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter.
- NASCIMENTO, R.B. 2001. A visão parcial da deficiência na imprensa: *Revista Veja* (1981-1999). Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- OBERSCHALL, A. 1993. *Social movements: ideologies, interests, and identities*. New Brunswick: Transaction Books.
- PATTON, M.Q. 1990. *Qualitative evaluation and research methods*. 2a. ed. Newbury Park: Sage Publications.
- PERLIN, G.T.T. 2005. Identidades surdas. In: C. SKLIAR (Org.). 2005, *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação. 3a. ed. pp. 51-73.

- PORTELLI, A. 2013. A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: Ética, memória e acontecimento na história oral. Lisboa: Edições Unipop.
- QUADROS, R.M. 2006. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Cadernos CEDES*, 26.69: 141-161. Campinas.
- RANGEL, G.M.M. 2004. História do povo surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ROCHA, S. 2007. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES.
- SADER, E. 1995. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1870-80). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SÃO PAULO (Estado). 2011. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Memorial da Inclusão. 30 anos do AIPD: Ano Internacional das Pessoas Deficientes 1981-2011. São Paulo: Imprensa Oficial.
- SCHMITT, D. 2008. Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SKLIAR, C. 2005. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: C. SKLIAR (Org.). 2005, A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação. 3a. ed. pp. 7-32.
- SOARES, M. A. L. 2005. A educação do surdo no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados.
- SOUZA, R.M. 1998. Que palavra que te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo, Martins Fontes.
- STROBEL, K. L. 2008. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora UFSC.
- THOMA, A.S.; KLEIN, M. 2010. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. *Cadernos de Educação*, 36: 107-131. Pelotas.
- VALIANTE, J.B.G. 2009. Língua brasileira de sinais: reflexões sobre sua oficialização como instrumento de inclusão dos surdos. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas.